

## **Casa de Monteiro Lobato não recebe verbas para ser cuidada**

**Embora o imóvel seja tombado, sua conservação não depende somente do governo municipal. Enquanto isso, a história da casa é esquecida.**



Desde o dia primeiro de janeiro de 2019, todo o acervo literário de Monteiro Lobato está em domínio público. O escritor de *Sítio do Picapau Amarelo* e *Reinações de Narizinho*, é considerado o pai da literatura infantil. Homem de personalidade forte, ele foi uma figura controversa: segundo o Instituto de Advocacia Racial (Iara), suas obras têm cunho racista.

Apesar de toda sua importância cultural, parte da memória histórica do artista está apagada: a casa em que o célebre escritor morou está sem conservação e a importância dela não é conhecida pelos moradores da região. Localizada na rua Professor Gabizo, na Tijuca, o imóvel foi tombado no ano de 2000, e não está em boas condições.

Embora a casa seja tombada, o processo para que alguma reforma seja feita não é simples. O tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público para preservar bens de valor histórico, cultural e ambiental, e impedir que sejam destruídos ou que suas características arquitetônicas sejam alteradas. No entanto, só o proprietário pode intervir na sua conservação, retirando a responsabilidade do governo, que nem sempre consegue investir recursos públicos.

O Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), antes nomeado como Departamento Geral do Patrimônio Cultural (DGPC), analisa os projetos de bens tombados. Após esta etapa, os projetos são encaminhados para o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural (CMPPC), que ajuda o prefeito a tomar decisões sobre o destino dos bens tombados. Luiz Eurico Ferreira Filho, ex funcionário do DGPC, afirma que o IRPH não tem domínio sobre os cuidados de determinadas construções, como por exemplo a casa em que Monteiro Lobato morou: “A obrigação primeira é do proprietário. Se ele não cuida, cabe à Prefeitura notificar e multar. Quando as multas atingem determinado valor, é feita a cobrança judicial. Se o proprietário não tomar providências, o imóvel vai a leilão, um processo que dura anos”.

A casa, onde Monteiro Lobato morou na década de 1920, já foi uma creche. Após ela ser fechada, tornou-se local de abandono de animais. Atualmente, Edmilson dos Santos da Silva mora no imóvel. Conhecido pela vizinhança como “Cervejinha”, Edmilson circula pelo entorno da casa com uma lata da bebida na mão e dança com um sorriso no rosto. Ele disse que recebe um salário para cuidar da casa, porém vive sem luz. O caseiro garante que não é um problema se encontrar nessa condição: “Moro lá há uns dezoito anos, cheguei assim que a creche fechou e considero uma vantagem morar na casa e receber um ordenado. O proprietário não vem todo mês. Às vezes demora um mês ou dois, mas depois me traz a quantia certa”.

Alguns moradores desconhecem a história da casa, devido à falta de preservação da memória do local. Felipe Bonelli, que mora na rua Professor Gabizo há 40 anos, contou que não sabia da importância do imóvel: “Muita gente, assim como eu, não tem ideia que a casa foi de Monteiro Lobato. O sentimento que eu tenho é de abandono total da história”.

Para o professor Montgomery Hinke, graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) a ausência de preservação do patrimônio histórico e cultural pode afetar a história do Brasil quando se perde a memória do local ou de pequenas comunidades. Montgomery explica que em países mais desenvolvidos há uma preocupação em preservar a história e o patrimônio, mas que no Brasil não existe esse interesse: “Poderia ser preservado de inúmeras formas, com placas, memoriais, projetos de preservação, incentivos fiscais e outros, mas não há vontade. Somos um país atrasado em muitos sentidos”.